

A presença de um imaginário imperial na monumentalização da memória da Guerra Colonial portuguesa ¹

André Caiado

Resumo

Tendo como pano de fundo o debate atual produzido em várias instâncias sobre os modos de olhar e pensar criticamente o passado colonial português, este ensaio pretende dar um contributo adicional a essa discussão, refletindo sobre o processo de monumentalização da memória da guerra colonial em Portugal, desde o seu desencadear até à atualidade. Em primeiro lugar, é feita uma breve contextualização teórica do fenómeno e apresentada a análise das principais leituras e dinâmicas de representação dos monumentos. Em segundo, são examinados alguns traços distintivos dos monumentos construídos em Portugal. Por fim, é abordado o modo como a iconografia e as escolhas escultóricas de alguns monumentos projetam um imaginário imperial. O trabalho conclui que estes monumentos, cuja dinâmica de construção foi particularmente intensa nas últimas duas décadas, optam por disseminar visões insuficientemente complexas e historicizadas do fenómeno histórico que evocam.

¹ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto 'CROME – Memórias cruzadas, políticas do silêncio: as guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais', financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC), através do Programa 'Horizonte 2020' da União Europeia, com a referência 715593.

Introdução²

A Europa herdou um património material e imaterial associado ao seu passado colonial que torna difícil a inscrição identitária do continente num mundo pós-colonial, sobretudo quando uma boa parte dessa herança foi classificada como património nacional nos vários países europeus e faz parte dos imaginários nacionais dos estados-nação. Monumentos; obras de arte, artefactos, joias e objetos que constituem os acervos dos grandes museus nacionais; toponímia; ou determinados elementos da gastronomia, constituem heranças do passado colonial que são hoje em dia entendidas como uma parte inalienável do património europeu. Perante esta constatação, a pergunta que impera – o que fazer com esse legado? – suscita debates acesos na atualidade e põe em confronto ativistas dos direitos humanos ou das comunidades afrodescendentes, académicos e historiadores, curadores e museólogos, agentes políticos e a sociedade civil. As discussões sobre a restituição de património aos estados independentes que se reclamam herdeiros dos territórios outrora colonizados estão na ordem do dia e integram-se dentro do debate mais vasto sobre as reparações a propósito do colonialismo. Em Portugal, embora esta questão concreta não esteja (ainda) na ordem do dia, algumas polémicas paralelas recentes, como a referência feita pelo Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa sobre um suposto pioneirismo humanista de Portugal, a propósito da abolição do tráfico de seres humanos escravizados³, ou da (antiga) intenção de construir, em Lisboa, um ‘Museu das Descobertas’⁴, dedicado à expansão marítima portuguesa, suscitaram grande atenção no espaço público, colocando em confronto vários atores. Ao mesmo tempo que estas polémicas interpelam diferentes agentes e os incitam a refletir sobre a forma como a sociedade portuguesa contemporânea se relaciona com o seu passado colonial, parece passar à margem destes fóruns de discussão, o modo como, em Portugal, a memória da Guerra Colonial tem sido materializada no espaço público. Embora este texto não pretenda discutir a

² O autor agradece os comentários e a revisão do texto efetuados por Inês Nascimento Rodrigues e Miguel Cardina.

³ Refiro-me à polémica causada pelas declarações do chefe de estado português durante uma visita de estado ao Senegal, quando ao visitar a ilha de Gorée - um antigo entreposto nas rotas atlânticas do tráfico de escravos – enfatizou o pioneirismo humanista de Portugal na abolição da escravatura pelo Marquês de Pombal, em 1761, palavras que suscitaram fortes reações e protestos. Chegou a circular na comunicação social uma carta assinada por vários académicos a condenar as declarações do chefe-de-estado: “Um regresso ao passado em Gorée. Não em nosso nome”, consultado em 26-09-19, em <https://www.dn.pt/portugal/interior/um-regresso-ao-passado-em-goree-nao-em-nosso-nome-6228800.html>

⁴ Chegou a circular como nome alternativo 'Museu da Interculturalidade de Origem Portuguesa', embora a polémica se estenda muito para além da denominação a atribuir ao espaço museológico.

classificação destes monumentos como património, não deixam de constituir edificados recentes que estão associados, ainda que indiretamente, ao passado colonial do país.

Focando-se no fenómeno da monumentalização da memória da Guerra Colonial⁵ em Portugal - que, apesar de ter tido início pouco tempo após o deflagrar do conflito, registou um grande crescimento nos últimos 20 anos - este trabalho reflete sobre o modo como as representações que emanam destes monumentos restringem ou limitam a heterogeneidade de mensagens que um evento desta natureza suscita ou pode suscitar. A nível empírico, parto de uma análise geral das principais dinâmicas de materialização dos cerca de 400 monumentos existentes no país. Destes, identifico algumas tendências de representação que constituem características próprias dos monumentos portugueses, para de seguida abordar o modo como a iconografia e as escolhas escultóricas de alguns monumentos projetam um imaginário imperial.

Não desconsiderando que a monumentalização é um dos vários processos de memorialização da guerra que cresceu grandemente em Portugal nas últimas 2 décadas, nem o facto do seu dinamismo se dever, em larga medida, ao empenho das comunidades dos antigos combatentes, este ensaio sugere que este processo não contribuiu para a circulação no espaço público de perspetivas mais plurais ou marcadas pela reflexão historiográfica existente sobre o que constituiu este fenómeno.

Guerras coloniais/de descolonização

Os conflitos travados por alguns países europeus, no pós II Guerra Mundial, para impedir os processos de libertação e independência das suas colónias ocupam um lugar de charneira na memória oficial dos estados que os combateram. No entanto, em maior ou menor escala, dependendo de cada caso, os processos de monumentalização da memória destas guerras coloniais ou de descolonização – dependendo da terminologia usada⁶ – verificou-se nalguns destes países nas últimas décadas. Independentemente da sua localização e da guerra cuja memória evocam, um dos aspetos comuns destes monumentos é a sua incapacidade para dialogarem com esse passado. Passando em

⁵ Refere-se ao conflito ocorrido entre 1961 e 1974/75 que opôs o Estado Português aos movimentos de libertação nacional das então colónias de Angola, Guiné e Moçambique.

⁶ O termo ‘guerra de descolonização’ é usado frequentemente na historiografia sobre outros imperialismos europeus.

revista alguns monumentos europeus⁷ que evocam a memória de guerras coloniais/de descolonização, Elizabeth Buettner (2016) nota como estes monumentos elidem o caráter colonial dos conflitos que evocam, limitando-se a homenagear os combatentes que lutaram nesses conflitos ao serviço das forças armadas nacionais, fim a que se destinam afinal. Não são portanto espaços onde se espera que seja feita uma reavaliação crítica do colonialismo. Alguns destes monumentos foram construídos sob iniciativa ou, no mínimo, com o patrocínio dos respetivos Estados, pelo que o apoio prestado pelas autoridades públicas na construção destes monumentos é bem visto por uma boa parte das comunidades de veteranos e das associações de antigos militares, uma vez que constitui um modo de reconhecimento público pelo serviço que prestaram ao país.

Em Portugal, este sentimento também foi partilhado pelas comunidades dos antigos combatentes após a construção do Monumento aos Combatentes do Ultramar, inaugurado em Lisboa, em 1994, conforme se depreende da leitura dos discursos proferidos durante as cerimónias anuais de Homenagem ao Combatente⁸, por parte dos oradores convidados e dos dirigentes das associações de veteranos. Pese embora a sua anacrónica inserção na paisagem monumental em que está localizado, laudatória do passado colonial português (Peralta, 2014), e a sua complexa inscrição como *lugar de memória* (Nora, 1989), o monumento e as cerimónias que são organizadas no local têm contribuído, na opinião dos antigos combatentes, para a reabilitação do reconhecimento público que lhes é devido, e têm possibilitado um espaço para a partilha das suas memórias e testemunhos (Caiado, 2018).

A monumentalização da memória da guerra em Portugal

Em 1963, 2 anos após o início das operações armadas em Angola, foi construído o 1º monumento em Portugal. A data marca o início de um processo que dura há quase 6 décadas (*vide* figura 1) e que conheceu um forte impulso a partir do virar do milénio, a par do designado *boom* de memorialização sobre a guerra, nos quais se incluem os livros de memórias, autobiografias, projetos académicos e estudos de índole

⁷ São abordados os casos do *Nationaal Indie-monument* dedicado aos soldados holandeses que prestaram serviço nas Índias Orientais, entre 1945 e 1962, e que foi inaugurado em 1988, em *Roermond*, nos Países Baixos; o Monumento às Guerras na Indochina, construído na vila francesa de *Fréjus* e inaugurado em 1993; ou o Monumento Nacional da Guerra da Argélia e dos combates de Marrocos e da Tunísia, construído no *Quai Branly*, em Paris, e inaugurado em 2002; entre outros casos.

⁸ A homenagem aos Combatentes / Encontro Nacional é organizado anualmente no Monumento aos Combatentes do Ultramar, desde a sua inauguração, por ocasião do dia nacional, celebrado a 10 de junho.

historiográfica, filmes, séries e documentários televisivos, debates na imprensa e noutros media, intervenções e partilha de testemunhos por parte de antigos combatentes na blogosfera e nas redes sociais e eventos de rememoração celebrados no espaço público. Embora porventura pouco conhecido do grande público, devido à descentralização do fenómeno, a escala e a dispersão geográfica do processo de monumentalização impressionam, pelo que as suas dinâmicas e as motivações dos agentes que o promovem mereceriam uma análise mais profunda que não cabe, contudo, no âmbito deste trabalho. Os números e a dinâmica do processo são reveladores. Até ao final de setembro de 2019, detetou-se a existência, em Portugal, de cerca de 400 monumentos⁹, sendo que a grande maioria (perto de 350), foi construída a partir do ano 2000. Identifico 3 fases e dinâmicas distintas do processo: 1) monumentos construídos durante o conflito; 2) monumentos construídos entre 1975 e 1999; 3) monumentos construídos após o ano 2000¹⁰. Esta última fase está associada ao *boom* de memorialização da guerra já mencionado.

A cartografia da monumentalização não pode ser dissociada das baixas em combate, visto que dos 308 concelhos do país, não há nenhum que não tenha registado soldados mortos na guerra, o que contribui certamente para a profusão de monumentos em cidades, vilas e aldeias um pouco por todo o país. Outros fatores que podem explicar o dinamismo e a dispersão geográfica deste processo são a intervenção das próprias comunidades de antigos combatentes, que agem como *empreendedoras de memória* (Jelin, 2003)¹¹ e o papel da administração local na promoção destes processos, os quais podem constituir também um meio de patrimonialização da memória e da identidade das comunidades locais. Adicionalmente, nalguns casos, a sua construção é também enquadrada enquanto fator de valorização e reabilitação dos parques e vias públicas, visando a fruição do espaço público pelos habitantes locais e a promoção de

⁹ De acordo com critérios definidos pelo autor não foram considerados nesta contabilização os monumentos situados em cemitérios civis ou talhões militares, bem como os localizados nas antigas colónias portuguesas em África ou os 4 construídos pelas comunidades portuguesas emigradas nos Estados Unidos da América e no Canadá. Excluiu-se também qualquer elemento relativo à toponímia associada à guerra.

¹⁰ A contabilização dos monumentos e a inventariação das datas de inauguração foi feita a partir do cruzamento dos dados disponíveis nas seguintes fontes: Liga dos Combatentes (2019); Portal dos veteranos da guerra do ultramar 1954 a 1975 (2019); Porteira e Martins (2018). Foram ainda contactadas várias câmaras municipais, juntas de freguesia e regimentos militares, por email ou telefone, para solicitar dados em falta e nalguns casos foram efetuadas visitas ao terreno para recolher informação.

¹¹ Definidos pela autora como “os que procuram reconhecimento social e legitimação política de uma (a sua) interpretação ou narrativa do passado”, os quais “encontraremos engajados e preocupados em manter e promover ativa e visivelmente uma atenção social e política para o seu empreendimento” (Jelin, 2003: 33-34).

sociabilidades, elementos que não devem ser descurados e que mereceriam uma análise mais profunda.

A escolha do design, soluções escultóricas, materiais, iconografia ou as inscrições e evocações gravadas nos monumentos de guerra não é feita de forma aleatória. Depende dos diferentes propósitos que servem e daquilo que se quer comunicar. Procedendo a uma análise semiótica e da epigrafia deste conjunto de monumentos, ainda que não detalhada, é possível identificar um grupo de características que não são distintas das que estão associadas a outros monumentos de guerra, o que releva uma certa aproximação dos monumentos portugueses aos modelos e linguagem mais comuns presentes na generalidade dos monumentos de guerra. Excluindo algumas exceções, refiram-se as principais tendências¹²: 1) o inimigo ou ações bélicas concretas não são representadas figurativamente nem referidas nas evocações dos monumentos; 2) a figura do combatente é sacralizada, através de ferramentas de comunicação visual e da iconografia, bem como da epigrafia – e mediante estes mecanismos o combatente é representado como um herói e são louvadas as suas qualidades de serviço, sacrifício, dever, patriotismo e abnegação; 3) a representação figurativa dos soldados projeta a sua força, coragem e robustez física; 4) não são representados figurativamente soldados feridos, mortos ou fisicamente débeis; 5) a exaltação à morte em combate, pela pátria, é descrita como um feito valoroso.

Por outro lado, a maioria dos monumentos são dedicados aos ‘Combatentes’, simplesmente, ou aos ‘Combatentes do Ultramar’. Evita-se desta forma aludir-se ao conflito como ‘guerra’ e, quando tal sucede, a designação ‘Guerra do Ultramar’ prevalece sobre ‘Guerra Colonial’. Através destes mecanismos, os autores e os promotores dos monumentos procuram evitar discussões sobre a natureza política do conflito. Ao despolitizar-se a guerra, invocando que foi travada pela defesa da Pátria, evita-se acender qualquer questionamento ou polémica sobre o seu carácter colonial e justiça. No fundo, os monumentos replicam a mensagem incorporada e verbalizada por muitos antigos combatentes, na tentativa de procurarem justificar para si próprios e para terceiros a sua participação no conflito (Campos, 2017).

¹² Entre as várias obras consultadas, destaco a seguinte por apresentar uma boa revisão da literatura sobre a temática: Abousmouga, Gill e Machin, David (2014), *The Language of War Monuments*. London: Bloomsbury.

Particularidades dos monumentos

Pese embora as principais tendências de representação dos monumentos evocativos da guerra colonial portuguesa não sejam muito distintas das de outras guerras, há, contudo, algumas particularidades que importa referir. A primeira é a introdução de elementos da heráldica portuguesa, que se nota sobretudo a partir dos anos 2000. A presença de símbolos e elementos figurativos do ideário nacional é um elemento comum nos monumentos de guerra, que são marcadores espaciais de exaltação patriótica por excelência. No caso em análise, a imagem de portugalidade é frequentemente projetada pela presença da cruz da Ordem de Cristo e/ou da esfera armilar. A esfera armilar, símbolo do poder régio de D. Manuel I - parte integrante do brasão de armas de Portugal e da bandeira nacional desde a implantação da república - está associada à expansão marítima portuguesa dos séculos XV e XVI e representa a continuidade da projeção imperial. Assim como a cruz da Ordem de Cristo, que foi largamente explorada durante o Estado Novo pela sua conotação histórica com o exercício de poder nos domínios coloniais, tendo assumido particular revelo na simbólica que o regime viria a determinar para as províncias ultramarinas (Seixas, 2019: 102). Este símbolo viria a ser inserido nos aviões e helicópteros usados pelas Forças Armadas Portuguesas durante a guerra. Como refere ainda Miguel Metelo de Seixas, a política de propaganda do Estado Novo foi exímia ao servir-se de uma retórica heráldica de carácter historicista, para favorecer a transmissão da sua ideologia, tendo sido construídos inúmeros monumentos cívicos em que a introdução de emblemas heráldicos procurava transmitir a noção de antiguidade e de continuidade da nação portuguesa (2019: 102-103). É possível identificar a presença destes elementos em mais de 50 monumentos.

A segunda particularidade é a introdução em perto de 50 monumentos de mapas dos territórios africanos onde a guerra teve lugar (Angola, Guiné e Moçambique) e, em menor número, também de Portugal. Nalguns casos e quando os monumentos são dedicados aos combatentes que prestaram serviço em várias partes do então designado ‘Ultramar Português’ também são representados outros territórios como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor, o Estado Português da Índia e, mais raramente, Macau. Quando é alvo de representação, o antigo Estado Português da Índia surge quase sempre assumindo as fronteiras da atual República da Índia. Atente-se, como exemplo, no monumento inaugurado em 13/05/2010, em Santa Comba Dão, que integra vários

elementos descritos anteriormente (*vide* figura 2). Noutros casos, a representação dos antigos territórios coloniais portugueses é feita de maneira indireta, como no monumento de Aveiro (*vide* Figura 3), em que cada um dos territórios é representado simbolicamente por uma coluna em aço inox.

Uma terceira singularidade passa pelo recurso ao padrão usado durante a Expansão Portuguesa para marcar a presença portuguesa e reclamar a soberania nacional sobre o território, como modelo para a construção destes monumentos (*vide* figura 4). Contudo, o uso deste modelo não é novo, tendo sido já usado em Portugal numa fase inicial do processo de monumentalização que ocorreu após a I Guerra Mundial, muito devido à sua simplicidade e ao baixo custo da sua produção, fatores que permitiam aos municípios promoverem uma forma elementar do culto local, dada a inexistência de interesse do poder central para o fazer (Correia, 2015: 430).

Outra última particularidade que importa referir é a introdução de excertos d' *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, ou da *Mensagem*, de Fernando Pessoa, na epigrafia de alguns dos monumentos.

A projeção da autoimagem de Portugal

A introdução deste conjunto de elementos distintivos na iconografia dos monumentos cresce a partir do ano 2000, proporcionalmente à velocidade da sua edificação. Numa altura em que o processo de monumentalização datava já quase 4 décadas e 25 anos depois da dissolução do império, este epifenómeno deriva de um mais vasto e que se relaciona com a valorização do passado imperial por parte de antigas potências coloniais europeias, que Michael Billig (1995) definiu como *nacionalismo banal* e que em Portugal assume especiais contornos. No caso português, projeta-se uma imagem de grandeza da nação através da evocação do ideário imperial e da conexão histórica com a expansão marítima portuguesa dos séculos XV e XVI, considerado por muitos ideólogos do Estado Novo, o *período áureo* da história nacional.

Numa primeira leitura, parece anacrónico que na sociedade pós-colonial portuguesa sejam construídos monumentos cuja iconografia manifeste uma certa naturalização e reprodução de alguns elementos associados à *mística imperial* (Jerónimo e Pinto, 2015), ideologia que o Estado Novo ativamente procurou difundir na

sociedade portuguesa. No entanto, e como nota Elsa Peralta, “o fim do Império e a democratização do país não apagaram a autoimagem de Portugal como nação imperial e, ainda hoje, o império continua a ser o elemento simbólico proeminente na construção e sustentação da narrativa da identidade nacional” (2017: 27).

Pese embora as profundas mudanças político-sociais que se verificaram na sociedade portuguesa após o 25 de abril, o fim da guerra colonial e do império português - que despoletou a vinda e ou o regresso de centenas de milhares de soldados e «retornados» para Portugal - a partir de meados da década de 1980 começam a ressurgir narrativas e mitos, que embora reconfigurados e assumindo novas roupagens, continuam a enfatizar a vocação marítima do povo português ou os valores humanistas e universalistas transmitidos pelos portugueses durante a Expansão. São elementos que manifestam a presença daquilo que Miguel Vale de Almeida (2000), designa como *lusotropicalismo genérico*. Para a instauração desta «memória pública dominante» em muito contribuem o início, em 1987, das comemorações do V Centenário dos Descobrimentos Portugueses, a criação da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996, ou a realização da Exposição Mundial de 1998, em Lisboa, que teve como tema “Os Oceanos: um património para o futuro” e que celebrou o V Centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia. A recente realização em Portugal do Festival Eurovisão da Canção, que teve como lema “All aboard! | Todos a bordo” e que se inspirou na expansão portuguesa, celebrando a vocação intercultural do país e, em especial, de Lisboa como centro de fusão de culturas, releva a manutenção destas narrativas. A naturalização deste imaginário imperial está notoriamente presente no monumento/prça inaugurado em Calendário, Vila Nova de Famalicão, em 20/10/2018 (*vide* figura 5). No relevo baixo desta praça está representado um *mapa-múndi* que encontra fortes ressonâncias com a Rosa-dos-Ventos que ornamenta o terreiro de acesso ao Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa.

Conclusão

Dada a sua natureza, não é expectável que estes monumentos sejam espaços onde se faça uma crítica ou pedagogia pós-colonial, nem uma memorialização da perspetiva africana sobre aquilo que constituiu o conflito. Os monumentos pretendem distinguir o serviço prestado pelos combatentes e não propriamente promover uma exaltação patriótica da guerra e menos ainda do contexto em que foi travada. No

entanto, não deixa de ser anacrónico que muitos destes monumentos construídos recentemente continuem a reproduzir representações de um imaginário colonial. A experiência imperial continua a fazer parte da *paisagem mítica nacional*, como propõe Duncan Bell (2003) noutra contexto, e este processo de monumentalização é revelador dessas dinâmicas.

O potencial analítico destes monumentos, para além de constituírem espaços para honrar os antigos combatentes portugueses, não é explorado, tendo em conta que obliteram a contextualização histórica e a complexidade do conflito ao qual aludem. São construídos com o propósito de prestar uma homenagem pública e o reconhecimento devido aos antigos combatentes, sendo assim irrelevantes para contribuir para um maior conhecimento por parte da sociedade portuguesa daquilo que constituiu esse fenómeno histórico. Este processo não contribui assim para a necessária descolonização do senso comum português e o questionamento das imagens reconfortantes sobre o passado colonizador, que visibilizem o conflito como uma guerra, mas também o contexto colonial em que ela aconteceu (Cardina, 2019: 132).

Alguns destes monumentos tornaram-se, no entanto, espaços de sociabilidade para as comunidades dos antigos combatentes, nos quais se organizam cerimónias, rituais e encontros em datas comemorativas, uma expressão das suas identidades enquanto grupos. São usados como palco para reivindicarem mais apoios sociais às autoridades públicas e reclamarem um maior reconhecimento social, surgindo inevitavelmente narrativas e usos seletivos do passado no presente.

Em conclusão, este processo é revelador da dificuldade de lidar com o legado colonial na atualidade e de pensar a História, sobretudo quando vários protagonistas estão vivos e quando, nalguns casos, as suas memórias privadas ganham acesso ao espaço público. No entanto, a relação entre o passado e o presente e a interação complexa entre a construção de memórias pessoais e coletivas e narrativas de sofrimento que mobilizam o passado de forma a fazer reivindicações no presente não é alheia a processos que lidam com heranças coloniais (L'Estoile, 2008). Na emaranhada teia constituída pela(s) memória (s) das guerras de descolonização articulam-se, de uma forma muitas vezes tensa e conflituosa, a memória oficial dos estados com as memórias privadas, levando ao aparecimento de diferentes narrativas e representações, factos e versões da História, algumas pouco historicizadas e/ou muito politizadas.

Por um lado, este processo é a expressão cultural e identitária de (uma boa parte) das comunidades dos antigos combatentes, um reflexo da sua autoimagem. Por outro, e pese embora a multiplicidade de formas e opções estéticas e arquitetónicas escolhidas, a forma como a memória da guerra é materializada mostra uma forma de memorialização, que não sendo apolítica, é expurgada dos elementos potencialmente mais controversos. Assim, possibilita-se um modelo de rememoração pública aceitável, tendo em conta as muitas tensões que a memória da guerra continua ainda a suscitar na sociedade portuguesa. Afinal de contas, é o combatente que se glorifica e não a guerra em si que se toma como objeto de reflexão e exposição.

Bibliografia

Almeida, Miguel Vale de (2000), *Um mar da cor da terra: Raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta.

Bandeira Jerónimo, Miguel; Costa Pinto, António (2015), “Ideologies of Exceptionality and the Legacies of Empire in Portugal”, in Dietmar Rothermund (org.), *Memories of Post-imperial Nations: The Aftermath of Decolonization, 1945-2013*. Cambridge: Cambridge University Press, 97-119.

Bell, Duncan (2003), "Mythscape: memory, Mythology, and National Identity". *British Journal of Sociology*, 54 (1), 63-81.

Billig, Michael (1995), *Banal nationalism*. London: Sage.

Buettner, Elizabeth (2016), *Europe after empire: Decolonization, Society and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.

Caiado, André (2018), “10 de junho de 1963: Reconfiguração do «Dia da Raça» e das Forças Armadas portuguesas” in Miguel Cardina e Bruno Sena Martins (org.) *As Voltas Do Passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*. Lisboa: Tinta da China, 121-127.

Campos, Ângela (2017). *An Oral History of the Portuguese Colonial War*. Basingstoke; New York, NY: Palgrave Macmillan.

Cardina, Miguel (2019), “Políticas do Silêncio, Resistências da Memória: As Guerras Coloniais em tempos Pós-coloniais”, in AAVV (org.), *O Desejo de Viver em Comum*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa e Tinta-da-China, 119-132.

Correia, Sílvia (2015), *Entre a Morte e o Mito: Políticas Da Memória Da I Guerra Mundial Em Portugal (1918-1933)*. Lisboa: Temas e Debate - Círculo de Leitores.

Jelin, Elizabeth (2003), *State Repression and the Labors of Memory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

L'Estoile, Benoît de (2008), “The past as it lives now: an anthropology of colonial legacies”, *Social Anthropology*, 16 (3), 267-279.

Nora, Pierre (1989), “Between Memory and History: Les Lieux de Memoire”, *Representations*, 26, 7–24.

Peralta, Elsa (2017), *Lisboa e a Memória do Império: Património, Museus e Espaço Público*. Lisboa: Deriva/Le Monde Diplomatic.

Peralta, Elsa (2014), “O Monumento aos Combatentes: A Performance do Fim do Império no Espaço Sagrado da Nação”, in Paula Godinho (org.), *Antropologia e Performance - Agir, Atuar, Exibir*. Castro Verde: 100Luz, 213-236.

Porteira, António e Martins, Jorge (Eds.) (2018), *Monumentos aos Combatentes da Grande Guerra e do Ultramar*. Lisboa: Liga dos Combatentes. [2ª Edição]

Seixas, Miguel Metelo de (2019), *Quinas e Castelos – Sinais de Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Webgrafia

Liga dos Combatentes (2019), “Núcleos”. Página consultada a 25.09.19, em <http://www.ligacombatentes.org.pt/nucleos>.

Portal dos Veteranos da Guerra do Ultramar 1954 a 1975 (2019), “Monumentos aos Combatentes e Campas”. Página consultada a 25.09.19, em http://ultramar.terraweb.biz/Memoriais_concelhos.htm.

Figuras

Data de inauguração dos monumentos	Número de monumentos inaugurados	Número médio de monumentos/ano
Indefinida	10	n.a.
1963-1974	19	1,6
1975-1999	29	1,2
2000-2019	344	17,2
	402	

Figura 1: Dados dos monumentos por data de inauguração. Fontes: Autor; Liga dos Combatentes (2019); Portal dos veteranos da guerra do ultramar 1954 a 1975(2019); Porteira e Martins (2018).



Figura 2: Monumento aos combatentes, Santa Comba Dão. Fonte: Fotografia do autor.



Figura 3: Monumento de Aveiro. Fonte: Fotografia de Nádía Costa



Figura 4: Monumento de Aguçadora. Fonte: Fotografia cedida pela Junta de Freguesia de Aguçadora e Navais



Figura 5: Praça dos ex-combatentes, Calendário – Vila Nova de Famalicão. Fonte: Fotografia cedida pela empresa JOPH